

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis, às 15h, reuniu-se, virtualmente, o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município de Belo Horizonte. Participaram da reunião os conselheiros André Abreu Reis, Adriana Soares de Oliveira, Gustavo de Castro Magalhães, Maria Consuelita Oliveira, Soraya de Fátima Mourthé Marques e Thiago Augusto de Carvalho Cruz. Pela Subsecretaria de Gestão Previdenciária e da Saúde do Segurado (Suprev), Unidade Gestora Única do RPPS-BH, participaram o Subsecretário de Gestão Previdenciária e da Saúde do Segurado, Gleison Pereira de Souza; Rodrigo André de Almeida, responsável pela Assessoria de Investimentos e Estudos Atuariais; Suely de Campos, Assessora de Planejamento; e Giselle dos Santos Rodrigues Martins, Diretora Central de Gestão de Contas Previdenciárias. O Subsecretário Gleison deu início aos trabalhos, dando as boas-vindas aos conselheiros e solicitando que cada um realizasse uma breve apresentação, considerando o início de um novo mandato. Em seguida, passou a palavra para Giselle, que apresentou a pauta da reunião: 1) eleição do Presidente do Conselho Fiscal para o biênio 2026-2028; 2) apresentação introdutória sobre a dinâmica das reuniões; 3) proposta de alteração da Política de Investimentos; 4) apresentação e aprovação dos Relatórios Mensais de Investimentos referentes aos meses de janeiro a abril de 2026; 5) apresentação do Relatório de Ouvidoria – 2º semestre de 2025; e 6) apresentação da receita, despesa e patrimônio referentes ao 1º quadrimestre de 2026. Na sequência, a conselheira Maria Consuelita Oliveira foi indicada para exercer a Presidência do Conselho Fiscal durante o mandato de 2026 a 2028. A indicação foi aprovada por consenso dos conselheiros presentes, sendo a conselheira eleita Presidente do Conselho. Adicionalmente, o conselheiro Thiago Augusto de Carvalho Cruz colocou-se à disposição para assumir a Presidência no próximo ano, caso haja interesse da conselheira eleita e do Conselho. Em seguida, Giselle realizou uma breve apresentação sobre a dinâmica de funcionamento das reuniões, informando que as reuniões ordinárias serão realizadas bimestralmente, de forma virtual, às 15h. Esclareceu, ainda, que o quórum mínimo para a instalação das reuniões será de cinco membros e que as deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes. Em caso de empate, caberá ao Presidente exercer o voto de qualidade. Informou também que as convocações serão encaminhadas com antecedência mínima de cinco dias úteis para as reuniões ordinárias e de três dias úteis para as reuniões extraordinárias. Por fim, esclareceu que as reuniões serão registradas em ata, a qual será posteriormente submetida à apreciação e aprovação dos membros. Na oportunidade, foi apresentado o cronograma contendo as datas e respectivas pautas das reuniões. Não havendo dúvidas ou manifestações, passou-se a palavra a Rodrigo André de Almeida para dar prosseguimento às pautas relacionadas aos investimentos. Rodrigo André iniciou sua apresentação com a apreciação da proposta de alteração da Política de Investimentos, esclareceu que a Resolução CMN nº 5.272/2025 passou a exigir a segregação entre títulos públicos adquiridos no mercado primário e aqueles adquiridos no mercado secundário. Informou que a Política de Investimentos vigente concentrava a estratégia-alvo e o limite superior no dispositivo que contemplava apenas os títulos adquiridos no mercado primário, razão pela qual se fazia necessária a inclusão de limite superior para os títulos enquadrados no art. 7º, inciso III, adequando a carteira do BHPREV aos novos parâmetros normativos. Após os esclarecimentos prestados, a proposta de alteração da Política de Investimentos foi aprovada pelo colegiado. Na sequência, apresentou os Relatórios Mensais de Investimentos referentes aos meses de janeiro a abril de 2026. O Assessor sugeriu que fosse apresentada apenas a versão do relatório de abril de 2026, esclarecendo, entretanto, que eventuais

dúvidas relativas aos meses anteriores seriam devidamente respondidas. Diante da anuência dos Conselheiros, Rodrigo apresentou o referido relatório que contemplou a análise da evolução patrimonial, da composição da carteira, da liquidez dos ativos, dos resultados obtidos no período e dos respectivos indicadores de risco, em conformidade com a Política de Investimentos 2026 e com a regulamentação aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social. Informou que, em 30 de abril de 2026, o patrimônio do Fundo BHPrev alcançou o montante de R\$ 4.659.600.077,73. No que se refere à rentabilidade, informou que a carteira apresentou retorno de 1,39% no mês, superando a meta de rentabilidade mensal de 1,13%. Em relação ao desempenho acumulado no exercício de 2026, registrou que a carteira alcançou retorno de 4,45% no ano, permanecendo ligeiramente abaixo da meta acumulada para o período, correspondente a 4,51%. Já na análise do período de doze meses encerrado em abril de 2026, destacou que a carteira apresentou rentabilidade acumulada de 11,57%, superando a meta de rentabilidade acumulada no período, de 10,55%. Esclareceu que o resultado observado no mês decorreu, principalmente, do desempenho positivo dos ativos vinculados ao mercado internacional, especialmente daqueles expostos ao índice S&P500, que registrou valorização de 10,42% no período e impactou positivamente os fundos classificados como BDRs e Multimercados, que apresentaram retorno de 7,91% e 11,26%, respectivamente. Registrou também que os Títulos Públicos, responsáveis por aproximadamente 89% da carteira, mantiveram desempenho positivo, com retorno de 1,15% no mês, reforçando a estratégia de imunização da carteira e de alinhamento dos ativos ao passivo atuarial do Regime. Destacou que foram realizadas chamadas de capital dos FIPs e aquisições de Títulos Públicos Federais, permanecendo os indicadores de risco e liquidez dentro dos limites estabelecidos pela Política de Investimentos. Por fim, esclareceu que os pareceres emitidos pelo Comitê de Investimentos concluíram pela adequação das estratégias adotadas, considerando a disponibilidade de recursos, as oportunidades de mercado e a exigibilidade futura dos benefícios previdenciários. Após os esclarecimentos prestados e não havendo outras manifestações, o Colegiado aprovou os Relatórios Mensais de Investimentos referentes aos meses de janeiro a abril de 2026. O Parecer do Comitê de Investimentos, referente à reunião realizada em 16/06/2026, consta como Anexo I desta ata. Na sequência, foi concedida a palavra à servidora Suely de Campos para apresentação do Relatório de Ouvidoria – 2º semestre de 2025. A servidora apresentou as informações referentes às manifestações registradas pelos usuários, destacando sua classificação por temas, os canais de atendimento utilizados e as providências adotadas pela Unidade Gestora para o tratamento das demandas recebidas. Ressaltou-se a importância da Ouvidoria como instrumento de participação social, promoção da transparência e aprimoramento contínuo dos serviços prestados aos segurados e beneficiários do RPPS-BH. Finalizada a apresentação e não havendo manifestações, o referido relatório foi submetido à deliberação dos Conselheiros, sendo aprovado pelos presentes. Dando continuidade à reunião, Giselle apresentou os principais resultados do primeiro quadrimestre de 2026, contemplando as informações relativas à receita, à despesa e ao patrimônio do RPPS. Inicialmente, esclareceu, de forma sucinta, as principais características dos fundos que integram o regime: o Fundo Financeiro (FUFIN) e o Fundo Previdenciário (BHPREV). No FUFIN, o mês de abril encerrou-se com mais de 3 mil pensionistas, 19.333 aposentados e 14.272 servidores ativos, mantendo a média observada nos exercícios anteriores e registrando contínuo crescimento no número de aposentados. No BHPREV, por sua vez, diversamente do comportamento típico de uma massa fechada, registraram-se 19.453 servidores ativos, 377 aposentados e 122

pensionistas, o que evidencia uma base expressiva de contribuintes. Em relação à arrecadação, apresentaram-se os principais dados da execução orçamentária do período, em valores arredondados, desconsiderando-se as casas decimais. O FUFIN registrou receita de R\$ 259.721.748, despesa previdenciária de R\$ 693.239.628 e aporte de R\$ 381.876.881, dos quais R\$ 363.430.753 referem-se à cobertura de insuficiência financeira pelo Tesouro e R\$ 18.446.128 ao repasse da CMBH. No BHPREV, apurou-se receita de R\$ 267.829.422 e despesa previdenciária de R\$ 7.088.027. Quanto aos gastos da Unidade Gestora, custeados pela Reserva Administrativa do RPPS, informou-se receita de R\$ 3.769.504 e despesa de R\$ 2.788.900, frente ao teto anual de R\$ 12.250.891. Sequencialmente, expôs-se a posição financeira consolidada do BHPREV em 30 de abril de 2026, com disponibilidade total de R\$ 4.673.761.979, englobando as aplicações da taxa de administração, destacando-se que as aplicações de liquidez imediata somavam R\$ 132 milhões, cujos rendimentos integram a receita orçamentária do exercício. Finalizada a apresentação, não havendo outros assuntos a serem tratados, eu, Giselle dos Santos Rodrigues Martins, BM 106113-3, lavro a presente ata, a ser aprovada por meio eletrônico pelos Conselheiros após leitura. Belo Horizonte, 25/6/2026.

GISELLE DOS SANTOS RODRIGUES
MARTINS:05700730650

Assinado de forma digital por GISELLE DOS
SANTOS RODRIGUES MARTINS:05700730650
Data: 2026.09.18 13:20:29 -03'00'

Giselle dos Santos Rodrigues Martins, BM 106113-3, lavro a

ANDRE ABREU REIS
(04582697607)
AC Certisign RFB G5
Em sexta-feira, 25 de setembro de
2026 às 12:13



André Abreu Reis

Documento assinado digitalmente
gov.br ADRIANA SOARES DE OLIVEIRA
Data: 25/09/2026 09:17:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriana Soares de Oliveira

GUSTAVO DE CASTRO
MAGALHAES
(86526022634)
Autoridade Certificadora
SERPRO RFBv5
Em quinta-feira, 24 de setembro de
2026 às 12:13



Gustavo de Castro Magalhães

Documento assinado digitalmente
gov.br MARIA CONSUELITA OLIVEIRA
Data: 21/09/2026 15:41:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Consuelita Oliveira

SORAYA DE FATIMA
MOURTHE
MARQUES:44102127615

Assinado de forma digital por
SORAYA DE FATIMA MOURTHE
MARQUES:44102127615
Dados: 2026.09.24 13:58:56
-03'00'

Soraya de Fátima Mourthé Marques

Documento assinado digitalmente
gov.br THIAGO AUGUSTO DE CARVALHO CRUZ
Data: 24/09/2026 13:03:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Thiago Augusto de Carvalho Cruz

ANEXO I

Parecer Comitê de Investimento¹ - Reunião 16/6/2026

A rentabilidade consolidada da carteira no mês de abril foi de 1,39%, bem acima da meta de 1,13% projetada para o período, capitaneada pelo forte desempenho do índice S&P500, que fechou o mês com alta de 10,42%, impulsionada pela forte geração de caixa das Big Techs e pelo otimismo com o cessar-fogo no Oriente Médio. Apesar da queda de 4,42% na cotação do dólar americano, a carteira do BHPrev captou esse movimento através de seus fundos BDRs e Multimercados, que fecharam o mês com altas de 7,91% e 11,26%, respectivamente. A parcela de renda fixa da carteira manteve a boa performance dos últimos meses, com as NTN-B, que respondem por cerca de 89% da carteira, fechando o mês com variação positiva de 1,15%.

Decisão de investimentos (abril/2026): Para os investimentos foram respeitadas as diretrizes previstas na Política de Investimentos 2026, considerados os seguintes parâmetros: (I) a análise da estratégia de alocação; (II) a disponibilidade de aproximadamente R\$ 47 milhões para aplicação, originários das contribuições previdenciárias do mês de abril e de saldo remanescente de aquisições anteriores de Títulos Públicos; (III) a necessidade de liquidez dos investimentos para pagamento de benefícios somente a partir de 2058, conforme fluxo atuarial; (IV) o momento oportuno para aquisição de Títulos Públicos com taxas reais superiores à meta de rentabilidade; e (V) a possibilidade de imunização da carteira com exposição reduzida praticamente ao risco soberano. Diante desse cenário, o Coinv deliberou por manter o processo de imunização da carteira através da alocação em Títulos Públicos Federais NTN-B com vencimento em 2055, os quais vêm oferecendo taxas de juros superiores à meta de rentabilidade, com os recursos permanecendo aplicados em fundo DI até a liquidação.

¹ Parecer do Comitê de Investimentos, constante do [Relatório Mensal de Investimentos do RPPS-BH](#), referente ao mês de abril de 2026, decorrente da reunião realizada em 16/6/2026.